

Para além dos estereótipos: um enfoque endógeno e crítico do conhecimento sobre a África

Beyond stereotypes: an endogenous and critical approach to knowledge about Africa

Mamim Alfissene Baciro Baldé

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Mabbalfu@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9645-225X>

Resumo: O presente artigo promove uma análise acerca da produção do conhecimento relativo à realidade africana, enfatizando a imprescindível participação dos intelectuais nativos na construção desse acervo. Mediante uma pesquisa qualitativa apoiada na análise bibliográfica, o estudo ressalta a necessidade de aprimorar as questões metodológicas e epistemológicas e ressalta o "racismo epistêmico" na pesquisa, influenciada por perspectivas eurocêntricas. O desafio central é superar essa desigualdade epistêmica e dar voz aos africanos na compreensão de sua realidade. A hipótese é que a inclusão ativa de intelectuais africanos resultará em perspectivas mais autênticas. Isso requer questionar abordagens tradicionais nos estudos africanos, promovendo uma compreensão crítica e justa. O conceito de "vigilância epistêmica" é proposto para corrigir desequilíbrios na produção de conhecimento sobre a África. O objetivo final é capacitar os africanos na narrativa de suas próprias realidades, promovendo uma visão mais inclusiva e precisa.

Palavras-chave: Ruptura epistêmica; conhecimento endógeno; continente africano.

Abstract: This article conducts an analysis of knowledge production related to the African reality, emphasizing the indispensable role of native intellectuals in shaping this body of knowledge. Through qualitative research supported by bibliographical analysis, the study underscores the need to refine methodological and epistemological issues while highlighting "epistemic racism" in research influenced by Eurocentric perspectives. The central challenge is to overcome this epistemic inequality and give voice to Africans in understanding their reality. The hypothesis posits that active inclusion of African intellectuals will yield more authentic perspectives. This necessitates questioning traditional approaches in African studies, fostering a critical and fair understanding. The concept of "epistemic surveillance" is proposed to rectify imbalances in knowledge production about Africa. The ultimate goal is to empower Africans in narrating their own realities, promoting a more inclusive and accurate perspective.

Keywords: Epistemic rupture; endogenous knowledge; African continent.

Introdução

O Ocidente, em seus diferentes espectros, tem usado o monopólio epistêmico para criar mecanismos de compreensão distorcida das sociedades africanas. O monopólio epistêmico, referente ao controle do conhecimento e das narrativas pelo Ocidente, tem desempenhado um papel significativo na criação de estereótipos e imagens distorcidas das sociedades africanas. Essa narrativa frequentemente retratava os africanos como “selvagens” ou “inferiores”, justificando, assim a exploração e a dominação colonial.

O colonizador estigmatizou o "outro" como a personificação do "mal" na história, com o objetivo de legitimar sua exploração sob pretextos falaciosos de "civilizar" as sociedades colonizadas, obrigando essas nações colonizadas a criar trincheiras e mantendo uma guerra intelectual aberta contra os "marketings" da indústria colonial, procedendo com cirurgias estéticas em contramão dos preconceitos elaborados.

Nas palavras de Sarr (2019, p. 9), compreende-se que a forma de tratamento:

chega a ser eufemismo apontar a violência simbólica com que o destino de centenas de milhões de pessoas foi considerado, tratado, representado, inscrito no imaginário coletivo sob a égide do fracasso, do déficit, da carência, da deficiência da tara congênita por parte dos meios de comunicação e de uma farta literatura.

Ao tentar realizar ideias utópicas no campo do conhecimento, muitos estereótipos e imagens ruins da África foram fortalecidos. Livros escritos por autores europeus, como "*Heart of Darkness*" de Joseph Conrad, contribuíram para essa visão ao retratar os africanos como "não civilizados" (CAMARA, 2005). Posteriormente, essa tradição foi seguida por Fukuyama (1992), que declarou que o domínio da civilização ocidental representava o "fim da história", dando a entender que as culturas e as tradições que não se encaixavam na órbita ocidental eram, particularmente, insignificantes (LOPES; KARARACH, 2022).

Uma barbárie que está profundamente enraizada na criação de estereótipos, ou seja, em narrativas que inflamam, difamam, desacreditam e humilham a África (HAN, 2017). Isso é altamente prejudicial na formação das perspectivas e na compreensão. Isso resulta em informações incertas (falsificação de argumentos) sobre a visão de mundo nas realidades africanas. Até hoje, a África não se livrou dos obstáculos impostos pelo brutal processo de colonização (ANÓS TÉ, 2021).

No entanto, a verdadeira realidade e uma análise crítica oferecem uma perspectiva diferente. Mesmo diante da comercialização das narrativas coloniais, aqueles que desejam ou conseguem enxergar a complexidade do mundo africano por meio de lentes analíticas apropriadas podem compreender a profundidade desta região do mundo. A crença é superar os vestígios da história contada pela biblioteca colonial e reconfigurar realidades que contradizem suas produções fazendo transparecer a experiência histórica das nações africanas em sua dimensão mais ampla.

Esta intersecção leva-nos a crer que falar de África exige que o investigador supere as prescrições que imperam no campo da produção do conhecimento científico, ousar e seguir outras formas de conhecimento, como a oralidade, que desempenha um papel vital na transmissão e preservação do conhecimento. Aliás, nas culturas tradicionais africanas, a oralidade é uma forma central de compartilhar conhecimentos, histórias, valores e tradições entre gerações dos "Griots"¹ ou contadores de histórias que desempenham um papel vital neste processo.

Se olharmos para a nossa experiência histórica, compreenderemos que proclamar nossa identidade não é suficiente; é fundamental que a África se esforce para compreender a si mesma e o Ocidente. Somente assim poderemos nos libertar das amarras da dominação, exploração e dos rótulos impostos pelo colonizador. Como Curin (2010) destacou, no século XIX e início do século XX, o regime colonial influenciou distorcendo o conhecimento histórico, promovendo uma visão eurocêntrica da história mundial.

Para alcançar uma compreensão não distorcida, é essencial que busquemos estudar a realidade africana em termos de seus desafios, enfrentamentos e oportunidades na história da humanidade. Nesse esforço, estudiosos como Mudimbe optaram por assumir uma posição de autoridade nos estudos africanos, valorizando tanto os discursos dos intelectuais quanto

¹ Os griots são membros das comunidades africanas que se dedicam a serem guardiões da história e da cultura do seu povo. Eles são cantores, poetas e contadores de histórias que passam seu conhecimento de geração em geração por meio da palavra falada e da música. Através das suas narrativas, eles mantêm viva a história do povo africano, transmitindo lendas, mitos, proezas heroicas, tradições e filosofias ancestrais. (Seria bom incorporar A História Viva de Hampaté Bâ para esse assunto)

uma biblioteca crítica e, explorando formas de sabedoria frequentemente negligenciadas, que não fazem parte das estruturas do poder político ou do conhecimento científico (MUDIMBE, 2019).

Já e passou da hora de mudar a narrativa para que uma nova perspectiva, mais realista, supere o tão propagandeado cenário do “Despertar Africano²” (LOPES; KARARACH, 2022). É a partir dessa visão inicial, manifestamos o desejo de superar os padrões eurocêntricos e as concepções gerais baseadas no pensamento e na realidade ocidental. Isso implica reconhecer as dimensões éticas e políticas, abraçando um papel intelectual africano interno, crítico e coeso.

Objetivos e metodologia do estudo

A presente análise se insere em um contexto acadêmico de relevância inegável, estabelecendo-se em consonância com o legado de pensadores como Huntundji, Foe e Ki-Zerbo, entre outros estudiosos africanos, cujas contribuições prévias têm suscitado debates fundamentais nessa área. A ressonância contínua desses debates se revela imprescindível, considerando que as mudanças necessárias ainda não se delinearam de maneira suficiente. Essa constatação reforça a importância de estabelecer um ciclo contínuo de reflexão, destinado a fortalecer o ativismo intelectual, e, conseqüentemente, a promover uma compreensão mais lúcida da história africana, enraizada na perspectiva dos próprios africanos. É crucial ter em mente que a erradicação das distorções coloniais secularmente arraigadas não se opera de maneira imediata, demandando um esforço continuado e sistemático.

O propósito fundamental deste estudo reside na avaliação crítica da produção de conhecimento acerca da realidade africana, enfatizando de modo

² Uma referência a um movimento ou ação destinados a despertar um senso de identidade africana, orgulho cultural e consciência em indivíduos ou comunidades africanas. Está relacionado ao processo de reconexão com as raízes africanas, reconhecendo e celebrando a herança cultural, história e contribuições do continente africano.

especial a participação continua dos intelectuais autóctones nesse processo. A problemática central abordada neste artigo concentra-se na manifestação do fenômeno do "racismo epistêmico" dentro do contexto da produção científica sobre a África, a qual frequentemente é permeada por perspectivas eurocêtricas que negligenciam a perspectiva e a vivência dos próprios africanos. Isso suscita o questionamento acerca de como transpor essa desigualdade epistêmica e como os africanos podem assumir um papel mais proeminente na interpretação e na construção narrativa das realidades do continente.

A nossa hipótese é a de que, a inclusão ativa de intelectuais africanos na produção de conhecimento sobre a África pode levar a uma perspectiva mais autêntica e abrangente das questões enfrentadas pelo continente. Pois, questionar as perspectivas tradicionalmente aceitas e as abordagens metodológicas utilizadas nos estudos africanos pode contribuir para uma compreensão mais crítica e justa da realidade africana. E nesse processo, a aplicação do conceito de "vigilância epistêmica" pode ajudar a monitorar e corrigir desequilíbrios na produção de conhecimento sobre a África.

Ao fazer uma reflexão nestas perspectivas, o artigo lança um convite à reflexão e ao envolvimento dos africanos na explicação do seu mundo, permitindo-lhes refletir sobre as suas próprias realidades a partir de suas experiências e saberes. Esta reflexão com enfoque endógeno³ é crucial para entender a dinâmica de mudança na África e superar a hegemonia do conhecimento externo e colonial. Isso porque, acreditamos que entender profundamente as realidades e os contextos específicos é essencial para resolver problemas complexos e encontrar soluções.

Essa compreensão se baseia em uma reflexão interna que valoriza conceitos fundamentais, como o *Afrocentrismo*, que destaca a África e suas contribuições no centro das análises e interpretações. Também envolve a

³ Uma reflexão endógena africana se refere a um processo de análise, interpretação e crítica da realidade africana que é conduzido internamente, ou seja, por intelectuais, acadêmicos e pensadores que têm raízes culturais e geográficas na África. Essa abordagem enfatiza a importância de perspectivas e vozes africanas na compreensão de questões relacionadas ao continente, em contrapartida à influência predominante de pontos de vista externos, muitas vezes eurocêtricos.

descolonização do conhecimento, que busca desvincular o conhecimento africano das influências coloniais e eurocêntricas, questionando os padrões e as estruturas de poder que moldaram a forma como enxergamos a África. Além disso, valoriza o *pluralismo epistemológico*, reconhecendo a diversidade de saberes e sistemas de conhecimento presentes na África e nas diversas culturas africanas, promovendo uma variedade de perspectivas e abordagens na busca pelo entendimento.

Assim, na primeira parte deste artigo, destacamos a importância de os africanos desempenharem um papel ativo na produção de conhecimento sobre a África, o que nos permite entender melhor as realidades locais através de uma autêntica autoanálise. Em seguida, no segundo momento, abordamos algo que consideramos problemático: o constante uso da perspectiva ocidental para analisar a realidade africana. Isso, na nossa opinião, impede o desenvolvimento de um entendimento alternativo e mais confiável.

Razões para a adoção do protagonismo epistêmico/histórico

Há uma vastidão de justificativas para adotar a postura de protagonismo epistêmico/histórico. Tais pressupostos têm sido objeto de inúmeros estudos⁴ e debates nos estudos realizados sobre/para e por estudiosos africanos. Em relação a isso, emergem importantes pautas e desafios para os indivíduos envolvidos na produção do conhecimento, os quais demandam uma abordagem abrangente, contextualizada e criteriosa para serem adequadamente apreendidos.

Nesse sentido, uma análise sistemática e aprofundada das motivações do protagonismo epistêmico/histórico mostra que o processo colonial empreendido na África pelos colonizadores europeus teve sua justificativa em uma missão civilizadora. No entanto, o colonialismo foi e ainda é um projeto de “descivilização” impulsionado pela imposição de regulamentos com o

⁴ Paulin hountondji, valentin mudimbe; Achille Mbembe, etc.

Para além dos estereótipos: um enfoque endógeno e crítico do conhecimento sobre a África

apoio do suicídio cultural, político e econômico que desestruturou os sistemas originários dos povos colonizados (BOAHEN, 2010).

Aliás, o colonialismo considera a agressão como uma ação política básica para cumprir suas demandas políticas, econômicas e geopolíticas. Com base em tais fundamentos de violência, o colonialismo tornou-se um efeito histórico⁵, e por isso seus instrumentos de implementação proliferaram (e continuam proliferando), adotando outras configurações violentas e criando a des-subjetividade do outro; a violência que abrangia todos os aspectos da existência humana e da sociedade – incluía violência política, cultural, econômica, social e psicológica – nas regiões colonizadas (ANÓS TÉ, 2022).

De forma quase irônica, em uma visão etnocêntrica que serviu de justificativa para impor seu controle e poder sobre os povos africanos, levando muitas vezes à violência, exploração e supressão de suas culturas e modos de vida tradicionais, Mamdani (2016) aponta que os colonialistas viam a violência política perpetrada na África como progressiva e para criar uma ordem política e social no mundo. Em outras palavras, a colonização foi vista como um meio de promover o progresso, tanto para as próprias potências colonizadoras quanto para as regiões colonizadas, ao estabelecer uma ordem política e social considerada mais avançada ou civilizada.

Essas mudanças foram realizadas através de um processo violento que bloqueou outras maneiras de entender as coisas e acabou por reprimir muitos conhecimentos locais. Esses conhecimentos não seguiam as ideias científicas do Ocidente ou a visão dos colonizadores, e foram muitas vezes considerados estranhos ou incompreensíveis pelos colonizadores brancos (CARDOSO, 2011).

Hoje, é essencial que os africanos recordem o passado, quando seus filhos foram escravizados, seus territórios ocupados e colonizados, e suas culturas, religiões e línguas foram alvo de inúmeras tentativas de destruição, com o objetivo de substituí-las por sistemas impostos pelos colonizadores. No

⁵ Diz respeito às consequências e impactos duradouros que a colonização de um território por uma potência estrangeira tem sobre a sociedade, cultura, política, economia e história desse território.

entanto, esse olhar para o passado não deve ser motivado pelo ódio em relação aos outros, mas sim pela necessidade de não esquecer as dificuldades superadas e reconhecer o nível dos desafios impostos pela história. É um chamado para que os africanos assumam um papel ativo na busca por soluções, reconhecendo a importância de serem protagonistas na construção de um futuro melhor para si mesmos.

A intenção do colonizador não foi completamente concretizada devido à diversidade de sistemas locais. No entanto, as marcas históricas ainda servem de lembretes para chamar a atenção de apreciarmos com um olhar crítico, a imposição de religiões como o Islã e o Cristianismo⁶, em detrimento das religiões africanas nativas. Além disso, é importante mencionar o impacto da política colonial do assimilacionismo cultural na colonização linguística, que resultou na desvalorização das línguas africanas, consideradas na época como meros dialetos (MATA, 2019).

Além de dividir o território africano de maneira arbitrária, criando fronteiras que frequentemente não levavam em consideração as divisões étnicas, culturais e geográficas naturais, os colonizadores também impuseram uma visão de modernidade que espelhava os padrões ocidentais. Isso significa que eles introduziram sistemas políticos, econômicos e sociais que eram mais familiares aos países europeus, mas nem sempre se adequavam às necessidades e às realidades locais na África.

Por exemplo, as estruturas políticas, legais e administrativas foram frequentemente moldadas com base em modelos europeus, sem levar em conta as estruturas tradicionais de governança africanas. Isso muitas vezes levou a instabilidades políticas e conflitos posteriores à independência. Da mesma forma, os sistemas econômicos foram projetados para beneficiar as potências colonizadoras, com a extração de recursos naturais e o estabelecimento de plantações frequentemente direcionados para atender às necessidades dos países colonizadores. Isso teve um impacto duradouro na economia africana.

⁶ O islamismo está no continente desde o século IX e o catolicismo desde o século XVI, na região do antigo reino do Congo, norte da atual Angola, tendo ambos sido muito bem integrados aos sistemas religiosos locais.

Para além dos estereótipos: um enfoque endógeno e crítico do conhecimento sobre a África

A imposição da língua e da cultura ocidentais também desempenhou um papel na descaracterização das culturas locais e na perda de línguas e tradições nativas (FALOLA, 2007).

Dessas observações, no entanto, identificou-se nos diálogos que confrontaram a Europa (o Ocidente) e a África (com suas diásporas) uma relação secular marcada por um debate que continua apontando para os efeitos da violência e da opressão, o insulto e a estigmatização, o ódio e o desprezo, a manifestação de erros tristes e permanentes, que são causados pela chamada marcha civilizatória ocorrida por causa das novas roupagens que privaram outros povos de sua história (FOÉ, 2013).

São incontáveis os exemplos como aquele refletido nos discursos de Hugo quando disse que a África é um continente sem história. Foram exploradas categorias narrativas e discursivas proporcionais, entre várias produções de proeminentes autores europeus que geralmente discriminam os sistemas locais africanos.

Para ser mais preciso, essas categorias narrativas e discursivas desproporcionais se referem a conceitos e representações que exageraram ou distorceram a realidade africana, frequentemente retratando-a de forma negativa ou simplista. Por exemplo, Hegel chega a convidar quem quiser conhecer as manifestações aterradoras da natureza humana a visitar a África, pois ali, segundo ele, pode-se observar atentamente o estado de selvageria e barbárie, onde todos os homens são feiticeiros (FOÉ, 2013).

Discursos gananciosos e preconceituosos, como os de Hugo, encorajaram os invasores a colonizarem a África, com a missão de ocupar e explorar essas terras.

vão povos¹ se apropriem dessa terra. Tomem-na-la. A quem? A ninguém. Tomem essa terra a Deus. Deus dá a terra aos homens, Deus oferece a África à Europa. Tomem-na-la. Onde os reis levariam a guerra, levem a concórdia. Tomem-na-la, não pelos canhões, mas pelo arado; não pela espada, mas pelo comércio; não pela batalha, mas pela indústria; não pela conquista, mas pela fraternidade (FOÉ, 2013, p.171-172).

Sob o peso da invasão, usurpação, roubo, controle, dominação, opressão e barbárie, e enfrentando discursos distorcidos, a África precisava afirmar sua importância como parte integral da história universal. Isso significava se destacar e mostrar sua riqueza cultural e diversidade, em contraposição à visão limitada e provinciana que a Europa muitas vezes impôs. Esse processo envolveria a celebração e o fortalecimento da identidade africana e o reconhecimento de sua contribuição para a riqueza da história mundial.

As culturas africanas frequentemente foram subestimadas, mas as humanidades têm o poder de iniciar uma transformação revolucionária, criando uma identidade cultural africana (FALOLA, 2007). Essa ideia de identidade cultural africana, mencionada pelo autor, implica em resgatar a África por meio de um projeto de unificação que permita resistir aos impactos prejudiciais do capitalismo, que buscam explorar a África. O aspecto mais crucial nessa análise é a oportunidade de despertar a consciência que foi alienada durante o período colonial e promover um projeto verdadeiramente africano capaz de enfrentar os desafios e problemas contemporâneos.

Para realizar esse projeto, acreditamos que é importante incentivar esforços para libertar as universidades e centros de pesquisa na África da dependência financeira que os afeta. Nossas esperanças estão ligadas à ideia, conforme mencionado por Boaventura de Sousa Santos (2012), de explorar nossa própria experiência e confrontar as influências dominantes impostas a nós, juntamente com a ampla gama de experiências que muitas vezes são ignoradas. Devemos entender que a possibilidade de um futuro melhor não está longe, mas sim na redescoberta do presente.

Nesse caminho, é importante abandonar a visão paternalista e superficial da África, superar as interpretações estereotipadas comuns e examinar de forma aprofundada os padrões de pensamento presentes no cotidiano africano. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos compreender a importância das sugestões feitas por Falola quando ele propõe uma reavaliação das humanidades na África por meio da reconexão com o passado, com o objetivo de estabelecer limites adequados, conter a influência ocidental, reorganizar e compartilhar o conhecimento (FALOLA, 2007).

Para Falola (2007), o passado, com todas as suas complexidades, permanece relevante para entender nosso presente e futuro. Ao longo de nossa história, podemos identificar períodos de dominação e influência estrangeira, incluindo invasões árabes, europeias e a influência da globalização. Intervenções externas foram uma constante, resultando em consequências prejudiciais que alimentaram conflitos, pobreza e sofrimento. À medida que nos conhecemos melhor, nossos recursos foram descobertos e explorados por outros. Esse processo de exploração não apenas nos privou de recursos, mas também nos relegou a uma posição de atraso e subestimação.

O colonialismo e o capitalismo desempenharam papéis significativos nessa dinâmica, exacerbando nosso enfraquecimento e subjugação. Como consequência, esses legados se tornaram intrínsecos à identidade africana, demandando uma resolução ativa. O desafio que enfrentamos transcende a mera busca pelo conhecimento, exigindo, igualmente, uma ação reativa (FALOLA, 2007).

A redescoberta e a resposta subsequente devem vir da atitude central dos africanos em relação à produção de conhecimento, decisões políticas e econômicas, por meio de investimento e auto-engajamento. Yankah (2012) foi cirúrgico ao afirmar que um dos determinantes explicativos do domínio que o Ocidente exerce sobre a África tem a ver com a alienação da autoridade acadêmica: a transferência de controle sobre os mecanismos pelos quais a realidade e as visões de mundo africanas são definidas e ordenadas.

No entanto, acreditamos que essa realidade, influenciada pela visão histórica ocidental que detém o controle do conhecimento, resultando na limitação das narrativas autênticas, oferece uma direção a seguir. Essa direção envolve uma oportunidade para apresentar contra-argumentos por meio de *promoção de narrativas autênticas; uma educação crítica* que incentivem a análise crítica da história colonial e seus impactos na África; *combater estereótipos* prejudiciais e preconceitos sobre a África por meio de esforços de conscientização e educação pública; *promoção da pesquisa endógena* que aborde questões e desafios específicos do continente, em vez de depender exclusivamente de perspectivas ocidentais e colaboração internacional, permitindo-nos corrigir as distorções criadas pelo colonizador.

Trata-se ainda de um percurso que, segundo Boaventura de Sousa Santos (2020), exige a elaboração de uma antítese à crise da modernidade, a ideia de uma transição paradigmática, entendida como um processo que envolve a construção de alternativas formas de sociabilidade “em um sentido mais amplo, incluindo dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais”. É uma busca por novas normas cognitivas, sociais, políticas e jurídicas articuladas para alcançar o restabelecimento de um modo de vida (não apenas humano) em escala global (SANTOS; CHAUI, 2021, p. 28).

Os reflexos provenientes de nossos próprios espelhos

Imbuídos de uma análise introspectiva, é necessário discutir os reflexos vindos de nossos próprios espelhos para compreender melhor os nossos “eus africanos”. Nessa perspectiva, urge resgatar as implicações sociais, culturais e psicológicas que permeiam esse fenômeno, a fim de enriquecer o conhecimento e clarificar o foco analítico. Começa com um debate sobre o ponto de viragem epistemológico que há muito é debatido por intelectuais africanos e africanistas. O seu significado foi apresentado por pensadores como Cheikh Anta Diop e a geração de Amílcar Cabral, assentados em torno do Centro de Estudos Africanos, com base em três ideias principais que se seguem:

A primeira delas é a ideia da África negra pré-colonial, que defende que o passado da África remonta muito antes do período colonial e quebra a fixação da história africana na era das descobertas imperialistas; em segundo lugar, a ideia de que a afirmação da renovação da consciência histórica africana não deve prescindir de requisitos intelectuais, morais, científicos e metodológicos, pensando no protagonismo dos africanos face aos pormenores da sua própria história; esta última assenta no reconhecimento de que as sociedades africanas têm todo o seu significado e valor no contexto particular e global da história humana, o que significa que é patética a tentativa de impor uma história universal a todos os povos e que, aliás, entre as histórias de os povos do mundo há muito da contribuição da civilização africana (KAJIBANGA, 2008).

Nas palavras de Felwine Sarr (2019, p. 36):

Não paguemos tributo a Europa criando Estados, instituições e sociedades que nela se inspirem. A humanidade espera de nós uma coisa bem diferente dessa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem-dotados dentre nós. Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa expôs, então teremos de inventar, temos de descobrir.

A falta dessa invenção e a vontade de se descobrir fizeram com que, após a conquista da independência dos países africanos, o pensamento intelectual (restrito às escolas e universidades) e a produção de conhecimento na África permanecessem dependentes e presos a um quadro emprestado do Ocidente, sujeitos a uma dominação que impunha enormes obstáculos ao progresso das ciências sociais no continente (CARDOSO, 2011). Esses obstáculos foram principalmente adaptados à mudança de paradigmas governamentais, que não refletem a realidade local africana.

Nossa atitude de renunciar às nossas fontes ditas tradicionais de conhecimento para assimilar a cultura acadêmica formal ocidental nos fez fornecer uma receita pronta para a servidão intelectual baseada na alienação cultural. No entanto, acredito que se acordarmos dessa alienação e entendermos claramente que o reflexo da realidade africana e seus problemas retratados a partir de conceitos espelhados em preto e branco sob parâmetros externos são sustentados por falsas análises dos problemas africanos, teremos dado um passo mais perto da ideia de que o estudo da África requer assegurar os reflexos de nossos próprios espelhos, ou seja, poderemos colorir as lentes analíticas e explicativas dos desafios africanos para promover a introspecção (YANKAH, 2012).

Isso, tendo em vista que os estudos africanos devem ser motivados pelos princípios de DuBois em que são consideradas as dimensões de estar perto, com e próximo dos africanos. Ou seja, para estudar as sociedades africanas e produzir um conhecimento carregado de contribuições importantes, é fundamental captar as singularidades, as peculiaridades contidas na realidade africana, e isso só é possível com a ruptura do racismo científico, sem generalização, de assumirmos uma postura inspirada na honestidade intelectual baseada no fato de tomarmos como referência nossos paradigmas de conhecimento, nossas raízes culturais que incluem uma riqueza de tradições, línguas, crenças religiosas, arte, música e práticas culturais.

É preciso lembrar que cada nação é movida por suas próprias aspirações e pela dinâmica de sua própria configuração de forças sociais, que por sua vez são influenciadas por condições históricas (CARDOSO, 2011). Isso significa que todas as culturas, em suas particularidades e cosmovisões diferenciadas, enfrentam em suas próprias condições e com sua própria identidade cultural, os inúmeros desafios que lhes são colocados. No entanto, esse não foi o caso de alguns analistas europeus que reciclaram a África para suas lentes investigativas.

Hountondji (2008) observa que alguns analistas europeus conduziram investigações fortemente estereotipadas e naturalizadas para padronizar o projeto colonial. Eles supunham que os africanos desconheciam sua própria filosofia e que apenas os analistas ocidentais, observando-os de fora, poderiam pintar um quadro sistemático de sua sabedoria, “*nosso reflexos nos espelhos dos outros*”.

Cardoso (2011) reforça esta ideia e explica que precisamente graças à rejeição da interpretação de África como um continente civilizado e à posse de sujeitos detentores de ideias autônomas, o reforço do discurso racial colonial de “alteridade”, domínios como a arte, a música, a religião, a educação, a história, a filosofia, as línguas e as ideologias africanas endógenas, foram predestinadas à segregação e à exclusão, uma vez que não se enquadravam na grelha antropológica ocidental, “*a satanização das nossas virtudes*” (CAOMIQUE, 2020).

O exame das respostas terapêuticas aos problemas do continente revela também a presença vívida de antagonismos sobre a qualidade e o controle dos dados coletados nas pesquisas voltadas para o continente, essencialmente em trabalhos de campo etnográficos realizados pela antropologia da biblioteca colonial, grande aliada dos colonizadores na garantia da ideia de que tudo o que não se ajustasse à grade ocidental era, na melhor das hipóteses, tradicional. O trabalho de campo etnográfico conduzido por muitos antropólogos frequentemente refletia uma perspectiva eurocêntrica onde as culturas africanas eram descritas como "bárbaras", "selvagens" ou "primitivas", em contraste com a suposta superioridade da cultura ocidental. Essas representações distorcidas serviram para justificar e legitimar a exploração colonial e a dominação cultural.

É claro que as perspectivas eurocêntricas baseadas na hierarquização das raças são incapazes de fornecer uma crítica verdadeira e completa da sociedade colonial e, portanto, desempenham um papel calculado. Seria necessário, então, reorganizar as ferramentas analíticas utilizadas nos e sobre os estudos africanos para garantir uma posição forte de vigilância epistêmica que permeie o reconhecimento de que os estudos africanos devem ser moldados pelo que emerge dos interesses e inquietações do continente.

A fim de garantir uma abordagem mais autêntica e relevante, é imperativo que os pesquisadores e acadêmicos usem ferramentas analíticas que sejam sensíveis às particularidades do contexto africano. Um processo de descolonização do conhecimento deve ser pensado nessa jornada; a participação ativa de estudiosos africanos; o uso de métodos de pesquisa sensíveis ao contexto; integração do conhecimento tradicional; uma atitude intelectual de sensibilidade cultural e linguística, bem como a possibilidade de criar cooperação interdisciplinar.

Além disso, é imperativo o desenvolvimento e promoção das ciências sociais na(s) África(s) pós-coloniais. Cardoso (2011) citando Marks (2000) identificou quatro razões que justificam de forma importante, o quão é fundamental promover o campo de ensino das ciências sociais nas universidades africanas:

A primeira é para refutar os mitos criados pela conceptualização ocidental da África; a segunda, para reinterpretar a história em África de uma maneira não-essencializante; a terceira, para estudar as ciências sociais de uma maneira que não oponha as ciências naturais às ciências sociais como se fossem diametralmente opostas; e a quarta, enfim, para nos darmos conta que o estudo da África desestabilizou os instrumentos conceptuais ocidentais e apelou à re-conceptualização da pesquisa, tanto africana como ocidental, no domínio das ciências sociais. As estas quatro razões acrescentaríamos uma, que consiste na necessidade de fazer das ciências sociais um instrumento de transformação das sociedades africanas, sem as limitar a uma dimensão instrumental, mas fazendo delas parte integrante de um projeto emancipador, que para o ser precisa de se afirmar como uma epistemologia alternativa (CARDOSO, 2011, p. 137-138).

Segundo o autor acima referenciado, o maior obstáculo a ser considerado nos efeitos de afirmação de uma epistemologia alternativa é a violência aplicada no contexto colonial em favor da supressão de saberes africanos endógenos e que foi reproduzida por próprias estruturas pós-coloniais africanas face às potencialidades de uma epistemologia alternativa. De certa forma, isso coloca os africanos na periferia da política do conhecimento, longe de chegar ao estágio de produzir seu próprio pensamento a partir de uma epistemologia alternativa, crítica e libertadora.

No entanto, também inviabilizam a emancipação epistêmica africana, e os diagnósticos feitos por Hountondj (2011) revelam que o continente africano possui universidades e centros de pesquisa renomados graças ao apoio de excelentes cientistas e pesquisadores, mas ainda enfrenta grandes dificuldades em produzir estudos autônomos e conhecimento suficiente que lhe permite responder às suas próprias perguntas.

Dentre os entraves, Falola (2007) observa uma significativa carência de materiais didáticos, problemas de falta de recursos humanos devido à fuga de cérebros para outras partes do mundo, sem contar o problema do baixo consumo do conhecimento produzido no continente. Além disso, a estrutura, organização e questões centrais da produção de conhecimento nos estudos africanos são muitas vezes decididas e guiadas pelas necessidades específicas de outras sociedades (europeias, americanas, etc.).

Cardoso (2011) revela o contínuo enfraquecimento do ambiente de ensino e pesquisa, uma deterioração que incluiu o colapso do grupo de discussão e do sistema de seminários, a erosão da base de financiamento da pesquisa, a decadência da infraestrutura física, o colapso das bibliotecas, a fuga de cérebros, o aumento da violência nos “campi” universitários, o declínio do sentido de comunidade nas universidades, o declínio da taxa de mobilidade intelectual e, mais recentemente, a massificação e difusão de programas em lógica comercial.

Então temos que perguntar, para quem? Por quê? Como? E o que produzimos? As produções africanas consideram as respostas que devem ser dadas às questões do continente? Que obstáculos temos? Até que ponto nossas produções são veículos de expressão científica que reforçam a alienação epistêmica? Se, tanto no pensamento intelectual quanto na produção de conhecimento, a África permaneceu dependente e presa em uma estrutura emprestada de dominação, como construir um projeto de emancipação epistêmica? Como se livrar dessa grade de correntes garantida por conceitos codificados e forjados a partir da realidade ocidental? Como cumprir a proposta de Hountondji de restaurar a justiça no continente africano e garantir que todo o conhecimento acumulado ao longo dos séculos sobre vários aspectos de sua vida seja compartilhado com os que se encontram no continente?

Para quem? Por quê? Como? E o que produzimos? são perguntas fundamentais ao pensar sobre a produção de conhecimento na África. A resposta a essas perguntas deve considerar a diversidade de perspectivas, culturas e necessidades presentes no continente africano. Em outras palavras, é importante que as produções africanas abordem questões relevantes para as

comunidades locais e contribuam para o desenvolvimento e bem-estar do continente.

A proposta de Hountondji para restaurar a justiça epistêmica na África envolve a valorização e compartilhamento do conhecimento acumulado ao longo dos séculos sobre vários aspectos da vida africana. Isso significa também reconhecer e respeitar as formas tradicionais de conhecimento, sistemas de crenças e práticas culturais, ao mesmo tempo em que se busca desenvolver novos conhecimentos científicos relevantes para a realidade africana. O diálogo intercultural e a colaboração entre os diferentes sistemas de conhecimento são fundamentais para alcançar esse objetivo.

A visão de Cardoso (2011) reforça a ideia de que a criação de uma forma diferente de conhecimento para a África só se tornará realidade quando conseguirmos incorporar as perspectivas socialmente reconhecidas e relevantes, que têm o potencial de impulsionar a transformação e emancipação. Portanto, defendemos a importância de incluir nos debates intelectuais africanos aqueles que preservam tradições de memória oral, que desempenham um papel fundamental na criação de conhecimento na África. Além disso, destacamos a necessidade de examinar como podemos aplicar métodos e abordagens africanas na pesquisa realizada no continente.

Por outro lado, a vigilância epistêmica envolve uma ruptura com as ideias intelectuais ocidentais predominantes, em parceria com abordagens alternativas no campo do conhecimento. Caomique (2020) destaca que o uso inadequado de técnicas analíticas, metodológicas e teóricas tem dificultado a criação de um conhecimento interno e crítico. Portanto, é importante repensar a forma como produzimos conhecimento para garantir uma representação mais autêntica da África. Nas palavras do autor “faz-se necessário fazer e refazer, construir e desconstruir, aceitar e rejeitar as narrativas e interpretações até então hegemônicas nos debates sobre a África” (CAOMIQUE, 2020, p. 30).

Além disso, concordamos com a reprodução de outros espaços alternativos para o processamento e sistematização do conhecimento fiel ao passado, presente e futuro preconcebido do continente. Criando espaços educativos alternativos, recuperando e apropriando-se de obras de autores e

estudiosos do Sul Global⁷, examinando suas pesquisas, trazendo comparações Sul-Sul que enriquecem o debate, transformando-o em um exercício que expressa coerência com honestidade histórica e renova caminhos que animam o processo de reconhecimento do outro, despojado de poder/saber e colocado do outro lado da linha abissal⁸.

O comprometimento com um protagonismo intelectual africano endógeno, crítico e consistente, em conjunto com a desobediência epistêmica e a reconstituição de sujeitos epistêmicos que controlam seus próprios pensamentos, pode facilitar essa missão. É fundamental considerar que a falta de apoio ao conhecimento endógeno pode levar à marginalização de intelectuais, o que é outro aspecto crucial deste projeto. Isso requer o envolvimento ativo de pesquisadores e intelectuais africanos, um apoio institucional adequado e o reconhecimento do valor do conhecimento endógeno em diálogo horizontal com o global.

Considerações finais

Neste artigo, destacamos a relevância contínua de debater os desafios envolvidos na produção do conhecimento sobre a África, enfatizando a necessidade de dar voz e espaço aos africanos como protagonistas desse processo. É fundamental reconhecer que, em muitos casos, a produção de conhecimento sobre a África tem sido moldada por perspectivas externas, perpetuando estereótipos e visões distorcidas. Para superar esse cenário, é imperativo que os africanos busquem incessantemente a independência em

⁷ Como Frantz Fanon; Homi K. Bhabha; Ngũgĩ wa Thiong'o; Edward Said; Vandana Shiva; bell Hooks; Gayatri Chakravorty Spivak; Sylvia Wynter; Samir Amin; Aníbal Quijano; Leopold Sedar Senghor; Ali Mazrui; Rigoberta Menchú; Arturo Escobar; dentre outros.

⁸ A "linha abissal" é uma metáfora que destaca a importância de superar as divisões profundas e muitas vezes prejudiciais que existem entre diferentes culturas e povos, promovendo a compreensão mútua e a igualdade nas relações interculturais. É um conceito central no pensamento de Boaventura de Sousa Santos ou Glissant e é frequentemente usado em discussões sobre pós-colonialismo e relações interculturais.

relação às condições de produção e publicação de suas pesquisas, de modo a garantir uma representação mais autêntica e justa de suas realidades, promovendo assim uma narrativa mais genuína e enriquecedora sobre o continente africano.

De acordo com Pimento e Kidjabanga (2011), observamos que o conhecimento enraizado nas sociedades dominantes é muitas vezes imposto de maneira natural e tido como "normal", enquanto o conhecimento das sociedades dominadas é frequentemente negligenciado e desvalorizado em nosso mundo globalizado. Isso é preocupante porque o conhecimento endógeno desempenha um papel fundamental na construção da identidade de nações e é essencial para moldar o futuro. Portanto, é necessário um esforço dedicado para explicar, reconstruir e defender esse conhecimento.

A marginalização do conhecimento endógeno na África, seja por influências externas ou devido à ocidentalização e padronização das próprias sociedades africanas, destaca a urgência de coletar e estudar o conhecimento endógeno, especialmente no contexto africano. Isso se torna uma tarefa crucial, não apenas para preservar a identidade cultural e histórica das nações africanas, mas também para promover uma compreensão mais completa e respeitosa da diversidade de conhecimentos e perspectivas em todo o mundo.

Este debate pode parecer ultrapassado em algumas realidades, mas ainda é de extrema importância em muitos países africanos, como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, dentre outros. Isso se deve às dificuldades enfrentadas pelos sistemas educacionais públicos, à limitada acessibilidade a acervos contendo produções neocoloniais e à persistente prevalência das línguas dos colonizadores, como o inglês e o francês, que continuam a excluir muitos debates acadêmicos de outros países africanos, especialmente os de língua portuguesa. Portanto, a reatualização desses debates desempenha um papel fundamental na promoção da clareza histórica e na abordagem dos desafios primordiais que ainda precisam ser enfrentados nesses contextos.

Com essas reflexões, oferecemos algumas sugestões baseadas em nossas certezas sobre como podemos abordar a África a partir de perspectivas analíticas africanas nativas. Este ato de pensar a África sob as luzes analíticas endógenas africanas significa adotar uma abordagem que coloca o continente

Para além dos estereótipos: um enfoque endógeno e crítico do conhecimento sobre a África

e suas realidades no centro da análise, utilizando perspectivas, teorias e métodos de pesquisa desenvolvidos por africanos ou que tenham em consideração as experiências, histórias e pontos de vista locais.

Isso implica em não depender exclusivamente de perspectivas externas ou estruturas analíticas estrangeiras para compreender os desafios, as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como as oportunidades que existem na África. Pois, é uma abordagem que busca valorizar a rica diversidade de culturas, tradições, conhecimentos e experiências dentro do continente africano, reconhecendo a importância de se ouvir as vozes africanas e respeitar suas interpretações próprias de suas realidades. Isso também implica em considerar as questões históricas, sociais e políticas que moldaram o continente, levando em conta o contexto local e as perspectivas endógenas ao abordar questões complexas relacionadas à África.

Pode não parecer, mas é importante destacar mesmo assim que, não estamos promovendo um projeto de exclusão ou uma ruptura radical com o Ocidente, nem cultivando uma visão negativa da África em oposição a todos. O que estamos defendendo é a promoção de um espírito inovador que questiona os preceitos, visões e concepções políticas, culturais, econômicas e sociais impostos pelo Ocidente para o desenvolvimento da África. Da mesma forma, convidamos à reflexão autocrítica sobre nossa abordagem na produção e consumo de conhecimento relacionado ao estudo da África.

Mamim Alfissene Baciro Baldé é Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel em Humanidades (Sociologia) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde também foi coordenador do Departamento de Relações Externas do Centro Acadêmico de Humanidades (2018-2019) da UNILAB e monitor bolsista. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil e na África (GEPRRBA). Áreas de interesse de investigação: Democracia, instituições políticas e sociedade; Movimentos sociais, trabalho e participação política.

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS

AKRONG, Abraham A. A Religião Tradicional Africana E O Cristianismo: Continuidades E Descontinuidades. In: Helen Lauer; Kofi Anyidoho (orgs.). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, 2016, p. 619-643. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wzKPV> Acesso em: 20 jun. 2023.

CARDOSO, Carlos. **Da possibilidade das ciências sociais em África**. 2011, p.125-140. Disponível em: <https://encurtador.com.br/zPSUX> Acesso em: 15 jun. 2023.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Virtudes Satanizadas: Epistemologias**. Africanas e Outros Olhares. São Paulo: 1 ed. Fontenele Publicações, 2020.

CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. Cap. 3 In: Joseph Ki-Zerbo, **História geral da África Vol. I. Metodologia e pré-história da África**. UNESCO, 2ª Ed. Vol. I, 2010, pp. 37-58. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dhIS8> Acesso em: 05 jun. 2023.

FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. Bahia: **Afro-Ásia**, n. 36, 2007, p. 9-38. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uBKN1> Acesso em 15 jun. 2023.

FOÉ, Nkolo. “África em diálogo, África em Autoquestionamento: Universalismo ou Provincialismo? ‘Acomodação de Atlanta’ Ou Iniciativa Histórica?” Curitiba: **Educar em Revista**, n. 47, 2013, p. 175-228. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iCJW4> Acesso em: 23 jun. 2023.

Para além dos estereótipos: um enfoque endógeno e crítico do conhecimento sobre a África

HOUNTONDI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, 2008, p. 149-169. Disponível em: <https://encurtador.com.br/itJST> Acesso em 6 jun. 2023.

LOPES, Carlos; KARARACH, George. **Mudança Estrutural em África: Percepções deturpadas, novas narrativas e desenvolvimento no século XXI**. Trad.: Myriam Zaluar, Revs. Tinta-da-china, 1.ª edi. Lisboa, 2022, 14-29. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gkEW2> Acesso em: 11 maio. 2023.

MATA, Inocência L. S. “Epistemologias do ‘colonial’ e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África”. **Gragoatá**, Niterói, v.24, n. 48, p. 208-226, jan.-abr. 2019. Disponível Em: <https://abre.ai/gYgY> Acesso em: 10 set. 2023.

MAMDANI, Mahmood. **Entendendo a violência política na África pós-colonial**. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Orgs.). O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, 2016. p. 383-417. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wzKPV> Acesso em: 17 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto Inscrição”. São Paulo: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001, p. 172-209. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wHT89> Acesso em: 18 jun. 2023.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Editora Vozes, 2019.

PIMENTA, Carlos; KAJIBANGA. **Epistemologia dos Estudos Africanos**. In: Conhecimentos endógenos e a construção do futuro em África. Porto: sn, 2011, p. 3-17. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jovEJ> Acesso em: 16 jun. 2023.

África (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 44, p. 1-25, 2023
<https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.i44pe214846>

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

TÉ, Paulo Anós. “Violência política colonial na África: um diálogo entre Mahmood Mamdani e Frantz Fanon”. Porto Alegre: **Revista Aedos**, v. 14, n. 31, 2022, p. 45-60. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/oqwK1> Acesso em: 25 jul. 2023.

TÉ, Paulo Anós. **Certezas incertas: a África diante do fantasma ocidentalocêntrico**. São Paulo: Fontenelle, 2021.

YANKAH, Kwesi. “A globalização e o acadêmico africano”. In Lauren, Helen; Anyidoho, kofi (Orgs.) **Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades Através de Perspectivas Africanas. Fundação Alexandre Gusmão**, 1 vols., 2012, p. 127-154. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/coV36>. Acesso em: 17 jul. 2023.